

**ELEIÇÕES E PARTIDOS: PRÁTICAS POLÍTICAS
NO PARANÁ, 1946-86 — PROJETO DE PESQUISA***

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor da Universidade Estadual de Maringá.
Pesquisador no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES. Coordenador.

MARISE MANOEL

Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

**LEONIDAS RODRIGUES, MÁRIO ANTONIO MOY-
SÉS NADAF e SORAYA REGINA GOMES DE OLIVEIRA**

Estudantes do Curso de História, da Universidade Federal do Paraná. Estagiários.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, atento aos desdobramentos políticos dos anos 80 iniciou, em 1985, um estudo sobre as relações sócio-políticas no Paraná, notadamente a partir das *práticas de governo*. Para tanto, a análise foi dirigida às Mensagens dos governadores, de 1947 a 1982, nas quais detectou-se um conjunto de práticas que visavam à consolidação das instituições políticas através de múltiplos dispositivos do Executivo. A essa análise impôs-se um estudo sobre o comportamento eleitoral, procurando reconhecer as respostas da população, pelo menos a nível de voto, às medidas do governo estadual.

O estudo da organização político-partidária, não contemplado no primeiro projeto, apresenta-se como uma necessidade indispensável para a complementação do quadro que

* Estudo em desenvolvimento no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, em convênio com a Universidade Estadual de Maringá — UEM, e com apoio financeiro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia — CONCITEC, tendo como Consultor o prof. Edgar S. de Decca.

Na discussão e elaboração deste texto participaram, ainda, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Maria Lucia Cidade, Marcos Antonio Cordioli e Nelson Ari Cardoso, integrantes do projeto "História Política do Paraná". Agradecemos os comentários dos professores Alcir Lenharo e Maria Stella Bresciani.

pode ser sinteticamente entendido como *poder, governo e população*. Contudo, as diferentes formas de agremiação da vontade popular, suas relações com outras esferas de poder e sua capacidade de ação tornaram-se questões de difícil elucidação a partir das fontes trabalhadas na primeira pesquisa.

Por essa razão, optou-se por um estudo específico com relação a tal temática, em que se procura incorporar parte da metodologia e dos pressupostos teóricos do projeto “O Paraná reinventado”.¹ Pela combinação dos projetos de pesquisa referidos, pretende-se tratar de duas questões. Em primeiro lugar, avançar com os estudos sobre o Paraná, levantando novas questões, bem como (re)avaliando antigas, colocando-as sob a ótica de uma leitura interdisciplinar. Em segundo, propor novos arranjos teórico-metodológicos a temas paranaenses — no caso, a política local —, de modo a submeter fontes tradicionalmente utilizadas a uma outra perspectiva, recuperando discursos e repensando práticas políticas.

O TEMA DA POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA: breves considerações

Ao se proceder a uma breve avaliação dos trabalhos publicados sobre partidos políticos no Brasil, observa-se uma significativa produção nos anos 60 e 70. Essa caracteriza-se por privilegiar o estudo dos partidos existentes entre 1946 e 1966, particularmente a União Democrática Nacional — UDN, Partido Social Democrático — PSD e Partido Trabalhista Brasileiro — PTB. Ainda, esses estudos apresentam um caráter regional, como “o PTB no Rio Grande do Sul”, de Miguel Bodea e “O caso da UDN na Guanabara”, de Izabel F. Picaluga. Quando ditos de caráter nacional, de fato privilegiam indivíduos e estados de maior “expressividade” no período.

Os trabalhos que se propõem a ser um estudo de um partido nacional, acabam muitas vezes se limitando ao caráter que um determinado partido assume em estados como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, bem como à

1 IPARDES — Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado*. Curitiba, 1987.

atuação de seus políticos nos Diretórios Nacionais. Em estudos da UDN ou do PSD, de Maria Victória Benevides e Lúcia Hippolito², respectivamente, observa-se uma total ausência de políticos paranaenses, sendo citados, quando o são, unicamente os governadores do período — Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto ou Ney Braga. Da mesma forma, o peso da bancada paranaense na Câmara Federal e a ocupação de cargos nessa Casa ou na direção dos partidos é omitida sistematicamente.

Completando o quadro, deparamo-nos com uma quase total inexistência de estudos sobre os partidos políticos no Paraná, com exceção de monografias e teses que tomam questões políticas de determinados municípios, como os trabalhos de Ivani R. Omura e Ana Cleide Cesário.³ Entretanto, algumas pistas apontam para a necessidade de se compreender, por exemplo, o comportamento do eleitorado do estado que, nas eleições presidenciais de 1955, apesar do avanço do PTB (coligado ao PSD), deposita seus votos no Partido Social Progressista — PSP (Ademar de Barros) ou no Partido de Representação Popular — PRP (Plínio Salgado, ex-líder integralista).⁴

Ainda, nessa mesma conjuntura de avanço do trabalhismo, o Partido Democrata Cristão — PDC apresenta um excepcional desempenho nas urnas, elegendo o governador em 1960 (Ney Braga) e igualando sua bancada na Assembleia Legislativa, em 1962, com a do PTB.⁵ Ou, então, o inexpressivo desempenho nas urnas dos partidos de “esquerda” quando, em outros estados, chegam a compor bancadas significativas e até eleger representantes ao Senado Federal. O Partido Comunista Brasileiro — PCB, em 1945, elege, por exemplo, dezoito deputados para a Assembleia Legislativa fluminense, onze para a paulista, nove para a pernambucana

2 Ver Bibliografia Básica.

3 Ver Bibliografia Básica.

4 Sobre a vitória de Plínio Salgado em Curitiba, nessa ocasião, ver SZVARÇA, D.R. & CIDADE, M.L. 1955: o voto “verde” em Curitiba. Curitiba, 1988. Monografia, Bacharelado, Universidade Federal do Paraná.

5 Sobre as eleições de 1958 e 1962 ver, respectivamente, MARTINS, W. Paraná, uma incógnita. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 8:229-54, abr. 1960. SANTOS, J.N. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 16:227-50, jan. 1964.

e seis para a carioca. Nesse mesmo ano, a Guanabara elege para a Câmara Federal três deputados: São Paulo, quatro; Pernambuco, três; e o Rio de Janeiro, dois. Ainda, Luis Carlos Prestes é eleito ao Senado pela Guanabara; e, em 1947, Abel de Abreu Chermont, outro comunista, é eleito seu Suplente. Já o Partido Socialista Brasileiro — PSB, coligado ao PTB, em 1962, elege onze deputados federais na Guanabara; Aurélio Viana e Adamastor Lima, respectivamente, Senador e Suplente.⁶

Esse quadro partidário, contudo, torna-se menos conhecido quando pensamos nos partidos políticos após a reforma partidária de 1966. Nesse caso, dispõe-se tão somente dos resultados das eleições, sem maiores tentativas de entendimento do comportamento do eleitorado ou estudo sistemático dos partidos. Tais questões, entre outras, apontam para a necessidade de compreensão da história política do Paraná — aparentemente de pequena tradição ou de pouca expressão nacional — e, em particular, dos partidos políticos no estado. As composições políticas locais, os posicionamentos partidários e as plataformas eleitorais são questões a serem pensadas e avaliadas, considerando-se as intenções desses partidos em tornarem-se porta-vozes de demandas sociais e de assumirem as instituições governamentais.

Antes de pretender-se uma “memória” fragmentada de uma fase da história do Paraná, objetiva-se um estudo sistemático das relações de poder inseridas num quadro histórico mais amplo, permeado de experiências das camadas populares, das quais os partidos se pretendem representantes. Assim, os partidos — em suas ações no Legislativo — são tomados como instância de uma existência política em constante redefinição, na qual pode-se captar de forma privilegiada, as relações poder/saber, os recortes efetuados sobre a população e os efeitos de verdade construídos através de suas produções discursivas.

6 Cabe ressaltar que em São Paulo esses partidos participaram das coligações que elegeram os governadores em 1947 e 1957. Mesmo que não se possa avaliar o peso desses nas vitórias, em 1947 Ademar de Barros foi eleito governador pelo PSP-PCB; e, em 1954, Jânio Quadros e seu vice, José Porfírio da Paz, pelo PSB-PTN. Ver BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados censitários; eleições federais e estaduais*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973. p. 203.

POPULAÇÃO, GOVERNO E PARTIDO: formulação do problema

O entendimento das práticas de “construção” do estado, segundo as marcas de um dado procedimento teórico-metodológico, implica retomar as considerações de Michel Foucault sobre o desbloqueio da arte de governar, bem como sobre as relações poder/saber.⁷ A partir desse duplo recorte, se evidencia o caráter próprio das práticas de governo, considerando-se a produção de um discurso específico, revestido de efeitos de verdade, sobre a sociedade que se pretende “construir”, isto é, uma sociedade disciplinada e gerida no(s) detalhe(s). As práticas de governo se apresentam, portanto, como práticas de um poder positivo e que são elaboradas a partir de um processo de explicitação das esferas pública e privada, fazendo-as, simultaneamente, objetos de um conjunto de dispositivos — isto é, instituições, reflexões, táticas e procedimentos.

A governamentalização do estado — processo verificado a partir do século XVIII — elimina o modelo familiar de gestão da “coisa pública”. A família mantém-se como um instrumento privilegiado para o governo, porém é a *população* que passa a ser tomada como modelo de gerenciamento, sendo vista como sujeito de necessidades e aspirações. Ainda, se a população é o alvo das práticas de poder, a *economia política* se coloca como a principal forma de saber e os *dispositivos de segurança* como os instrumentos técnicos essenciais. População, economia política e dispositivos de segurança são, pois, as peças fundamentais na política de gestão da “coisa pública” do estado, o qual se caracteriza enquanto *estado de governo*.

Logo, o saber produzido — segundo a genealogia de Michel Foucault⁸ — não é ideológico nem repressivo. No pri-

7 FOUCAULT, M. A governamentalidade e Verdade e poder. In: ————. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 277-93 e 1-14, respectivamente. Ver também *As palavras e as coisas*; uma arqueologia das ciências humanas. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

8 Seu chamado “projeto genealógico” isto é, o estudo das relações saber/poder, foi desenvolvido em *Vigiar e Punir* (Petrópolis, Vozes 1983) e *História da sexualidade* (Rio de Janeiro, Graal, 1980), interrompido no volume IV. Cabe acrescentar a coletânea de textos de *Microfísica do poder*, especialmente o artigo “Genealogia e poder”.

meiro caso, por não se encontrar em oposição a algo que seria a verdade ou submetido a outra “instância” capaz de determiná-lo; pelo contrário, ele busca produzir efeitos de verdade sem estar situado numa posição secundária. No segundo, por não ser punitivo, sim construtivo de uma nova ordem moral e disciplinar. Ainda, todo saber produzido é político, à medida que ambos estão mutuamente implicados, isto é, as práticas de poder se constituem dentro de um campo de saber, o qual produz simultaneamente novas relações de poder.

Assim, pensar a questão do estado significa remetê-lo ao estudo das práticas de governo, tomadas dentro de um conjunto de instituições, análises, táticas e procedimentos de um poder positivo. Da mesma forma, analisar a gestão da “coisa pública” significa pensar tanto os limites e possibilidades de tais práticas, como o caráter do saber produzido em torno dos dispositivos articulados à arte de governar.

A atuação do governo em seus diversos setores requer, para todos os seus membros, um conhecimento da sociedade que se pretende “construir”. As práticas de governo estão permeadas por diferentes interesses da sociedade em questão, não sendo portanto de caráter meramente técnico. O entendimento da esfera política faz-se necessário à medida que coloca aos responsáveis pela gestão pública tais limites e possibilidades, pois, enquanto governo, necessita ser legitimada pela população que os elegeu. Ao mesmo tempo, a fala do governo pressupõe a existência nítida de um receptor, legitimando-se justamente através dessas categorias que informam o discurso de verdade, isto é, emissor/receptor.

Nos estudos desenvolvidos no Paraná, à semelhança de outros estados, tem-se evidenciado uma certa prioridade àqueles de cunho econômico que, apesar de sua irrefutável importância, não explicitam os múltiplos recortes do campo da política. Isso resulta na ausência de uma bibliografia sobre as práticas de governo, implicando ainda o risco de uma análise parcial, restrita apenas às potencialidades ou limitações da organização da produção.

Nos últimos anos, órgãos de pesquisa vinculados ao governo estimularam estudos sobre “desenvolvimento” e “modernização”, que serviram para direcionar políticas de planejamento. Porém, ao governo cabe também atender demandas sociais que nem sempre incluem em suas expectativas as restrições econômicas impostas pelas políticas de “desenvolvimento” e “modernização”. Não se coloca aqui a idéia de um estado que se comporte como árbitro entre diferentes forças sociais, mas sim de um “locus” privilegiado de expressão do poder político, onde se operam relações entre soberania e disciplina e se verificam os impasses dessas relações. Ainda, ao ampliar gradativamente suas funções, a administração pública estabelece novas intersecções na sociedade que, por sua vez, passa a exigir contínuos e sucessivos recortes. Somente a partir de um conhecimento maior desses mecanismos é que se pode ter uma expectativa de melhor compreensão das relações entre planejamento governamental e sociedade.

Nesse universo de tensões se colocam os partidos políticos, os quais buscam se apresentar como intermediários entre o governo e a população. Enquanto a esfera administrativa se projeta também a médio e longo prazos, aos partidos políticos cabe, em especial, responder às demandas da população a curto prazo, notadamente condicionados pelo voto nos diversos níveis.

Claus Offe, Gero Lenhardt, e outros, têm apontado para o descompasso cada vez maior entre as ações planejadas pelo Executivo e as prioridades apresentadas pelo Legislativo.⁹ Além disso, a sociedade também se organiza *apesar* dos partidos ou demais interferências, segundo necessidades de diferentes ordens, fazendo com que eles “corram” no sentido de incorporar tais demandas aos seus discursos, pretendendo reafirmar sua condição de expressão das vontades sociais.

É justamente nesse mosaico de discursos e práticas que se inscrevem as preocupações que orientam a formulação do projeto em questão, à medida que ele objetiva reconhecer as

9 Ver, OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984. 386 p. Particularmente, o artigo de OFFE, C. & LENHARDT, G. Teoria do estado e política social, p. 10-53.

áreas de tensão entre a representação político-partidária e a ação governamental.

PRÁTICAS POLÍTICAS: delimitação do objeto de pesquisa

O processo político de uma unidade da federação, no caso o Paraná, constitui uma estrutura parcial inserida em outra, mais ampla, o contexto nacional. Logo, ao se iniciar o estudo, tomaram-se como datas-balizas os anos de 1946 e 1986, período que, por sua vez, pode ser dividido em três. O primeiro corresponde aos anos 1946-66; o segundo, 1966-78; e, finalmente, 1978-86. Apesar da existência de alguns trabalhos, não se dispõe de estudos mais específicos sobre os desdobramentos dos diferentes partidos políticos nos estados brasileiros e, particularmente, no Paraná.

Em linhas gerais, pode-se entender a primeira fase (1946-66) como uma época fortemente influenciada pela atuação de um governo que busca “trazer para si” diversos setores da população, seguida de um golpe de estado e de mudanças nas instituições políticas. Cabe observar que o período compreendido entre 1945-64 tem sido denominado, por parte significativa da historiografia, de “estado populista”; contudo, essa terminologia não dá conta das diferentes estratégias encontradas em unidades administrativas e nos governos a nível nacional. As reformas político-partidárias de 1966, ao mesmo tempo que extinguem os partidos existentes, deslocam o campo do político.

A redemocratização restringida cumpre a exigência de uma nova Carta Magna, mantendo a legislação trabalhista e sindical da fase anterior. Essa conjuntura pode ser analisada como uma fase de consolidação da burguesia industrial e de constituição de um estado que se apresenta corporativo. Abandonando parcial ou totalmente a ação “policial”, o governo busca a harmonização dos interesses de diversos setores sociais segundo seus próprios objetivos imediatos. Para tanto, diminui o centralismo administrativo, remetendo aos políticos estaduais boa parte da responsabilidade no controle dos movimentos populares. Esse desdobramento é extrema-

mente importante para o entendimento da formação das lideranças nos estados; UDN, PSD e PTB representam, no contexto nacional, os partidos de maior expressividade.¹⁰

No caso do Paraná, ainda que o PSD eleja governador em 1947 e 1955 — Moysés Lupion —, acompanhando a tendência nacional, gradativamente ele recua face ao avanço do PTB¹¹. Também, ao se observar a composição da Assembléia Legislativa estadual, vê-se que o PSD perde cadeiras ao PTB e PDC, partido com expressivo crescimento no final dos anos 60. O PTB, segundo Magalhães Filho¹², não era um partido homogêneo: compunha-se de pequenos proprietários do Sudoeste, cafeicultores do Norte e “trabalhistas autênticos” dos setores urbanos de Curitiba, Paranaguá e União da Vitória. O ganho de expressividade eleitoral nessas regiões será o responsável pela formação de lideranças paranaenses. Embora derrotado pela aliança formada pelo Partido Democrata Cristão — PDC e Partido Libertador — PL, na eleição de 1960, o PTB se aproxima do candidato eleito, Ney Braga, o qual se apresenta como representante de uma nova geração de políticos e elabora propostas “modernizadoras”. A UDN, por sua vez, ao se coligar com pequenos partidos — Partido Republicano — PR, Partido Social Trabalhista — PST, Partido Libertador — PL e Partido Republicano Trabalhista — PRT —, elege, em 1950, para o governo local, Bento Munhoz da Rocha Netto, integrante do PR, recompondo-se da derrota sofrida em 1947; e, ao contrário do PSD, mantém sua representação parlamentar. Esses dados, ainda por serem estudados, em certa medida refletem a adequação do estado à política nacional.

10 Para Lúcia HIPÓLITO — em consonância com o esquema teórico de Giovanni Sartori sobre o equilíbrio partidário, o PSD ocupava no período uma posição de “fiel” de jogo político, assegurando um equilíbrio entre a direita representada pela UDN e a esquerda, representada pelo PTB. Na medida em que este passou a ocupar uma posição mais à esquerda, cabia ao PSD deslocar-se neste “eixo político”, assegurando o equilíbrio entre os partidos. Não tendo feito isso, o PSD acabou por ficar mais próximo da direita, rompendo o ténue equilíbrio do jogo político partidário, o que resultou numa radicalização de posições. Ver, *De raposas a reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 289 p.

11 Sobre os resultados eleitorais referidos, ver IPARDES — Fundação Edison Vieira. *Resultados Eleitorais: Paraná — 1945-82*. — Curitiba, 1988.

12 MAGALHÃES FILHO, F.B.B. Os três tempos do planejamento; entrevista a Tato Taborda. *Correio de Notícias*, Curitiba, 4 nov. 1984.

O período em questão, de 1946 a 1964, entendido como uma fase em que vigoram governos com fortes apelos populares, traz consigo, como todo pacto político, contradições e antagonismos que engendram seu próprio esgotamento. De um lado, os interesses da burguesia industrial vão se sobrepor aos acordos clientelistas dos dirigentes do governo. Por outro, quanto aos trabalhadores, observa-se que suas práticas políticas extrapolam os limites aceitáveis da "modernização conservadora"¹³ enquanto prática política (em oposição à política nacionalista), através da aliança da burguesia industrial, dos latifundiários, das elites militares, além de grande parte da Igreja, das camadas médias urbanas, da intelectualidade conservadora e parlamentares ligados à Aliança Democrática Parlamentar.

O tripé econômico — capital nacional associado, capital internacional e capital de estado — será, a partir daí, o responsável pelo desenvolvimento do país. Ao regime caberá o papel de alijar os setores populares do processo político. Contudo, entende-se que esse regime autoritário percorre um caminho específico de implantação; a grosso modo, pode-se subdividi-lo em três momentos. Inicialmente, mesmo com o golpe, são mantidas as instituições liberais no intento de se implantar o grande capital, conservando a legitimidade daquelas e recuperando a harmonia de interesses fraccionada nos anos pré-64.

Num segundo momento, a resistência por parte de diferentes segmentos contrários ao governo teve como decorrência a reação do regime, no sentido de reforçar o pacto político dos interesses do grande capital. Os princípios autoritários são incorporados à Carta Magna pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969¹⁴; o governo confina a atividade política ao interior de sua burocracia, especialmente nas entidades de caráter econômico. Foram adotadas medidas favoráveis à recuperação dos níveis correntes da

13 Sobre a questão da modernidade, ver OFFE, *Problemas estruturais... e ROUANET, S.P. As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

14 A Junta Militar resolve outorgar então, repetindo Castelo Branco, uma constituição nova para o novo general-presidente. *RETRATO do Brasil: da monarquia ao estado militar*. São Paulo, Política, s.d. v. 3, p. 47.

atividade industrial, levando à retomada do crescimento, via concentração de renda. Paralelamente, verifica-se um aumento da ação repressiva junto aos movimentos de contestação. Foi uma fase em que o regime alargou suas bases de sustentação através da cooptação econômica, atingindo as camadas médias, uma parte da pequena burguesia e até faixas do operariado.

Finalmente, observa-se a emergência de movimentos populares que terão ressonância junto às ações articuladas por setores de sustentação do governo. Esse busca o alargamento de suas bases de apoio através de determinadas concessões que objetivam atenuar os possíveis conflitos. Ainda, segundo Carlos Artur K. Passos¹⁵, as modificações na forma institucional do regime se intensificam em resposta às pressões dos setores populares e dos de apoio, face a suas distensões internas agravadas a partir do período recessivo pós-1974.

Visto no conjunto, ao período não mais se aplica o princípio da governamentalidade; rompido o pressuposto do discurso/verdade, pela supressão de uma das categorias que o informam — o receptor —, vê-se que o discurso e as práticas se legitimam em outro campo. Anteriormente tal legitimidade era buscada no campo político; nos anos 70, ela passa a sê-lo no da técnica, de modo a concretizar o binômio ciência/trabalho.¹⁶

No Paraná, a proposta desenvolvimentista ensaiada no primeiro governo de Ney Braga se confirma a partir de 1964 e se amplia na década de 70, sob a égide da industrialização¹⁷. A política econômica que visava transformá-lo numa cópia de São Paulo, dentro da “ideologia” desenvolvimentista autônoma, não logrou resistir ao esforço centralizador da União. O governo local engajou-se “(...) em um projeto moderni-

15 PASSOS, S.A.K. *Etat et capital au Brésil; essai sur la genèse de l'état brésilien et sa relation organique avec le capital*. Paris, 1983. 287 p. Thèse, Doctorat du 3^e cycle, Université Paris III.

16 OFFE, C. O sistema político da tecnocracia. In: DREITZEL, H.P. et alii. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. p. 70-84.

17 Sobre esta questão, ver AUGUSTO, M.H.O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo, Símbolo, 1978. RISCHBIETER, K. Incentivos à industrialização paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 30:7-23, maio/jun. 1972.

zador nacional, cabendo-lhe a função de grande produtor e beneficiador de grãos (soja, trigo, milho)".¹⁸

Os partidos políticos, à medida que são criados pelo governo apenas para legitimá-lo, perdem o sentido anterior de representação social; a Aliança Renovadora Nacional — ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro — MDB, passam a se constituir, respectivamente, em representantes oficiais de situação e oposição consentida. Os governadores caracterizam-se por não possuírem representatividade política emanada de seu partido, muito embora reflitam segmentos de interesses estaduais, adequando-se em maior ou menor medida aos condicionantes da política federal.

Um momento significativo desse contexto, a nível local, pode ilustrar tal mecanismo: a gestão de Jayme Canet, na época do governo Geisel, quando avançam os discursos pela retomada do crescimento, reflete-se no impulso à agroindustrialização do Paraná — seu papel é complementar à modernização nacional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE passa a financiar investimentos de grande porte, contando com o apoio do capital estrangeiro. Tal apoio também se dará no plano político, com vistas à concretização das transferências econômicas dos anos 70.¹⁹

O terceiro período, de 1978 a 1986, é marcado pela “abertura” política, na qual novos partidos são criados e a polarização partidária em torno da ARENA e MDB, que resultava num voto plebiscitário, cede às novas possibilidades de agrupamentos políticos. Inicialmente são fundados seis partidos — Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, Partido Democrático Trabalhista — PDT, Partido dos Trabalhadores — PT, Partido Democrático Social — PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB e Partido Popular — PP, que, mais tarde, foi incorporado pelo PMDB —, os quais buscam firmar seus quadros e sua identidade própria.

Nas urnas, o PMDB e o PDS se apresentam como os partidos de maior expressão,²⁰ tendo os demais obtido algumas

18 MAGALHÃES FILHO.

19 QUATRO visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural*, 7(2): 1-3, fev. 1985.

20 Ver, IPARDES, *Eleições no Paraná*.

vitórias pontuais, como nas eleições para governador em 1982, em que Leonel Brizola elege-se no Rio de Janeiro. Também neste estado e em São Paulo, o PTB compôs bancadas expressivas na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, o mesmo ocorrendo em São Paulo com o PT. Em 1984, nas eleições para presidente da República, o quadro político-partidário apresenta uma nova configuração, na qual se destaca a Aliança Democrática composta pelo PMDB e uma dissidência do PDS, intitulada Frente Liberal. Apóiam a Aliança o PTB, PDT, PCB e PCdoB — esses dois últimos ainda na ilegalidade.

Após a vitória dessa coligação no Colégio Eleitoral, inicia-se uma ampla reforma partidária, originando mais de trinta partidos (Anexo II). O PMDB continua sendo o de maior expressão, seguido do Partido da Frente Liberal — PFL, formado por ex-pedestistas. Nas eleições para prefeitura das capitais estaduais, dos municípios áreas de Segurança Nacional e Estâncias Hidrominerais, alguns dos considerados pequenos partidos obtiveram vitórias expressivas, como São Paulo (PTB), Rio de Janeiro (PDT), Porto Alegre (PDT), Fortaleza (PT) e Recife (PSB). Cabe ressaltar que o PDS já não apresenta a expressividade anterior tendo, nessa ocasião, eleito somente o prefeito de São Luis.

Em 1986, tem-se eleições para governador e Congresso Nacional, este acrescido das responsabilidades de uma Assembléia Nacional Constituinte. O PMDB elege vinte e dois dos vinte e três governadores, confirmando seu favoritismo. O PFL, de certa forma o grande derrotado, elege o governador de Sergipe (coligado ao PSB), e três vice-governadores (RJ, MA, RN); contudo ele aparece como a segunda expressão político-partidária nacional. Ainda, PMDB e PFL apresentam uma esmagadora maioria na Assembléia Nacional Constituinte, na qual são ensaiados novos arranjos políticos.

Tais arranjos, contudo, não são propriamente uma novidade na vida partidária nacional. Desde as reformas políticas de 1978, por exemplo, vê-se uma alteração desses quadros — especialmente pelo abandono do PDS. Da mesma for-

ma, são produzidos outros discursos e práticas políticas capazes de aproximar os partidos das demandas sociais, trazendo para o seu interior tais expectativas. A evidência dessas formas de existência política leva-os a múltiplos esforços no sentido de continuarem se apresentando como a instância privilegiada de representação do povo — sentido usualmente atribuído aos partidos enquanto forma institucionalizada de vida pública.

Questões como essas apontam para a necessidade de situar, em particular, a vida política paranaense nos quadros da vida política nacional, avaliando seus desdobramentos e singularidades. Logo, esse quadro geral — esboçado e dividido nas conjunturas preliminares — procura ilustrar as possibilidades desse estudo, que tem como objetivos analisar, em primeiro lugar, a evolução do comportamento eleitoral, verificando em que ponto acompanha as tendências a nível nacional e em que medida são procedentes as análises consagradas da influência dos diferentes partidos nas diversas regiões locais; a regionalização da influência partidária a partir desse mapeamento constitui um primeiro avanço no reconhecimento da base política do estado. Em segundo, a atuação dos partidos na Assembléia Legislativa paranaense, considerando as grandes questões colocadas e o tratamento a elas dispensado. Finalmente, as relações entre os discursos desses partidos e os do Executivo local, de modo a detectar as possíveis convergências dessas falas e suas influências nas práticas de governo.

A FALA DOS PARTIDOS: metodologia e fontes

O estudo dos partidos políticos brasileiros tem uma série de respostas que se colocam como “clássicas” à experiência partidária nacional²¹. Dentre elas, pode-se referir a constituição de partidos nacionais somente a partir de 1945, quan-

21 Fazemos referência a conclusões gerais de autores como Bolivar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso, David Fleischer, Carlos Estevam Martins, Olavo Brasil e outros, cujas indicações bibliográficas estão no item 5 deste texto. Acreditamos que a não determinação de autor não chega a comprometer o texto, pois abordamos tão somente questões e conclusões amplas, comungadas, e que não se colocam como dados desconhecidos.

do, após o Estado Novo, cerca de trinta agremiações solicitaram registro ao Tribunal Superior Eleitoral (Anexo I). As organizações partidárias republicanas anteriores são definidas, na maioria, como regionais e a legislação partidária da República Nova passou a exigir uma configuração nacional aos partidos. Esta e outras determinações levaram ao cancelamento do registro de diversos partidos.

Dentre aqueles que permaneceram, PSD, UDN, PTB, PR e PSP foram os que obtiveram melhor desempenho eleitoral. Ainda, segundo a tradição dos estudos, o PSD é tido como representante dos latifundiários, a UDN das classes médias urbanas e o PTB das camadas populares; o PR e o PSP, embora ditos nacionais, têm um desempenho relativo e limitado a estados do centro-sul. PSD, UDN e PR são tidos como “conservadores”; PTB e PSP, como “populistas-reformistas”. O desempenho eleitoral desses partidos pode levar a uma avaliação de tendências políticas. Contudo, como mostram algumas análises, a “opinião eleitoral” não reflete necessariamente a “opinião política”; nem o voto expressa um alinhamento partidário — o eleitor não vota no PTB, UDN ou PDC, sim no Getúlio, no Brigadeiro ou no Jânio. Tais questões reforçam a crítica costumeira acerca da inexistência de uma tradição partidária, o que leva à conclusão sobre a impropriedade de denominação das organizações enquanto partidos políticos.

Esse quadro parece se agravar — segundo as interpretações referidas — na primeira metade dos anos 60, quando verificam-se a decomposição dos partidos e o avanço das alianças e coligações. Em 1962, por exemplo, enquanto o PSD obteve 2,2 milhões de votos, o PTB 1,7, e a UDN, 1,6, as alianças obtiveram 4,8 milhões de votos.²² Tais resultados levam a prever uma reforma partidária e que foi consubstanciada — no plano da imprevisibilidade — através do Ato Institucional n.º 2, de 1965. O PSD, PTB, UDN, PTN, PST, PRT, MTR, PR, PSP, PDC, PRP, PL e até o Partido da Boa Von-

22 SOUZA, P. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16: 7-20, jan. 1964.

tade — PBV, foram extintos, dando lugar ao bipartidarismo.²³ A Reforma de 1979 amplia as possibilidades de formação de novos partidos, levando a que trinta partidos estivessem habilitados a concorrer nas eleições municipais de 1985 (Anexo II), sem falar nos seis que foram indeferidos pelo TSE.²⁴ Certamente esses expedientes e reorganizações em nada contribuíram para refutar as teses da falta de tradição política nacional, pelo contrário, parecem reforçá-las.

Por outro lado, as análises das eleições evidenciam que as mesmas não podem ser tomadas isoladamente. O desempenho de um partido torna-se eleitoralmente compreensível quando visto num intervalo de tempo capaz de evidenciar as tendências dos eleitores. Como as eleições para diferentes cargos ocorrem em tempos diferentes, é na próxima que se confirma uma tendência, a fidelidade do eleitor. Tomando-se, por exemplo, os estudos sobre as eleições paranaenses de 1958 e 1962²⁵, vê-se que ambos os autores apostam na mesma tese: as eleições para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa (Anexos III e IV) apontam numa direção a ser confirmada nas eleições para governador. Wilson Martins constata o avanço simultâneo do PTB e PSD, em 1958, cabendo certamente a um deles a vitória nas eleições de 1960; José Nicolau dos Santos remete para 1965 a definição da supremacia partidária estadual dividida, em 1962, entre PTB e PDC. Contudo, no primeiro caso, contrariando as expectativas, o eleitor inclinou-se pelo PDC, elegendo Ney Braga; no segundo, pelo PTN, elegendo Paulo Pimentel.

Com o Ato Institucional n.º 2, tais avaliações ficaram comprometidas: seja pela falta de tradição partidária, adoção de estratégias “eleitoreiras” que anteciparam a vitória do partido situacionista, ou falta de uma manifestação eleitoral em todos os níveis.

23 Cabe observar que diante do bipartidarismo, em algumas ocasiões, parte significativa da população eleitoral optou por votar em branco ou anular seu voto. O caso mais conhecido foi o das eleições de 1970, quando diversas organizações desencadearam a “campanha do voto em branco”. No caso do Paraná, por exemplo, nas eleições para o Senado, os votos em branco (834.871) superaram os votos atribuídos à oposição (José Richa, MDE, 543.033).

24 São eles: Partido Democrático Cristão, Partido Esportista Brasileiro, Partido Social Democrático, Partido Democrático Republicano, Partido da Reforma Nacional e Partido Social Trabalhista.

25 Respectivamente, Wilson MARTINS e José Nicolau dos SANTOS. Ver nota 5.

Isto posto, cabe explicitar que o estudo estabelece como propósito de análise a avaliação do desempenho eleitoral dos partidos, sem pretender apresentá-lo como uma avaliação da política estadual. Metodologicamente, o percurso consiste num levantamento dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais junto ao Tribunal Regional Eleitoral para, então, detectar as tendências eleitorais de diferentes regiões do estado, tomando-o em cinco mesoregiões: Região Metropolitana de Curitiba, Litoral, Paraná Tradicional, Norte Cafeeiro e Oeste Paranaense. Tal procedimento objetiva avaliar as regionalizações já consagradas por diversos cientistas sociais que buscam uma correspondência entre a base econômica e a esfera político-partidária, bem como a influência geoeleitoral das regiões de ocupação recente sobre a vida política do estado.

Os estudos preliminares já permitem afirmar que, além dos cinco “maiores” partidos nacionais (PSD, PTB, UDN, PR e PSP), no caso paranaense, há que se acrescentar o PDC — face a seu desempenho a partir do final dos anos 50. Por outro lado, o retorno ao pluripartidarismo, em 1979, não altera a representação partidária paranaense, na Câmara e Assembléia. A despeito de desempenhos individuais, nenhum dos novos partidos atingiu o coeficiente partidário para diplomação de seus candidatos. Em 1986, por exemplo, Luis Carlos Martins Gonçalves, candidato à Assembléia estadual foi o quarto mais votado, contudo sua legenda — PSC — não atingiu o coeficiente partidário requerido. Nesse recorte preliminar, cabe acrescentar as alianças partidárias, comparando-as com as tendências nacionais, avaliando sua expressividade eleitoral e seu significado regional.

Em segundo lugar, o projeto incide sobre o discurso político veiculado na Assembléia Legislativa estadual, tendo em vista o tratamento dispensado pelos parlamentares às grandes questões produzidas no interior desse mesmo discurso. O pressuposto de análise de tais falas não parte das determinações implícitas, ideológicas ou semânticas; sim dos efeitos de verdade produzidos numa economia de discursos jun-

to à prática legislativa. Para tanto, serão tomados os programas partidários e outros documentos daqueles que se expressaram nessa Casa.

Considerando, também, que os partidos não se antecipam necessariamente a todas as questões de interesse público, chegando mesmo a incorporá-las em sua prática cotidiana — pretendendo apresentar-se como interlocutores dessas demandas e do campo político institucional —, cabe identificar o tratamento dispensado pelos parlamentares aos temas ausentes dos programas. Nesse caso, há que se confrontar o texto programático com os Anais da Assembléia, ainda que por amostragem, numa tentativa de avaliação das (re) construções discursivas.

Finalmente, tendo em vista a investigação das relações entre os discursos dos partidos na Assembléia e os do Executivo, cabe avaliar a mútua interferência dessas falas nas práticas políticas de ambos. Para tanto, cumpre identificar os rearranjos partidários na Assembléia, bem como a formação de “grupos de sustentação” do governo — ou de oposição. A partir de tais identificações, o estudo volta-se àquilo que foi tematizado pelo Legislativo estadual na produção de uma economia de discursos.

Dessa forma, “Eleições e partidos: práticas políticas no Paraná” visa buscar o sentido que a fala dos partidos imprime à política local, pretendendo-a como expressão de uma experiência política ou simulacro das expectativas de uma população e de um território, cujos contornos passam por múltiplas redefinições e tematizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 — DOCUMENTOS

BRASIL. Senado Federal. **Legislação eleitoral e partidária**. Brasília, 1946-86.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados censitários; eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1946-86.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Anais**. Curitiba, 1947-87.

PARANÁ. Governo. Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa. Curitiba, 1948-86.

PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decretos e leis. Curitiba, 1947-87.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Coleção das atas dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais no Estado do Paraná. Curitiba, 1946-86.

2 — LIVROS E TESES

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil; 1964-1983. Petrópolis, Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. O segundo governo Vargas; 1951-1954; democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR. São Paulo, Símbolo, 1978.

BARBOSA, Francisco de Assis. JK: uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960.

BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o udenismo; ambigüidades no liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

———. **A União Democrática Nacional; o partido em questão.** São Paulo, Brasiliense, 1978.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOITO JR., Armando. O golpe de 1964; a burguesia contra o populismo. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo, DIFEL, 1973.

——— e **LAMOUNIER, Bolívar. Os partidos e as eleições no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASALECCHI, José Enio. O Partido Republicano Paulista; 1889-1926. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CESÁRIO, Ana Cleide. Poder e partidos políticos numa cidade média brasileira; um estudo sobre poder local; Londrina, Paraná, 1934-79. São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, USP.

CHACON, Valmireh. História dos partidos brasileiros; discurso e prática de seus programas. Brasília, UNB, 1985.

COVRE, Maria de Lourdes M. A fala dos homens; análise do pensamento tecnocrático. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DEBRET, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo, T.A. Queiróz, 1979.

DEBRUN, Michel. A conciliação e outras estratégias. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DREITZEL, Hans Peter et alii. Tecnocracia e ideologia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

- DREYFUSS, René Armand. 1964: **a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ENCONTRO NACIONAL PELA DEMOCRACIA, Rio de Janeiro, 1979. **Painéis da crise brasileira; anais**. Rio de Janeiro, Avenir, 1979. 4 v.
- FAUSTO, Boris, dir., **O Brasil republicano; sociedade e política**. São Paulo, Difel, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiróz, 1982.
- . **Que tipo de democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FLEISCHER, David V., org., **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, UNB, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- . **Vigiar e punir; nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- . **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- . **El orden del discurso**. Barcelona, Tusquets, 1980.
- . **História da sexualidade I; a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro, Forense, 1974.
- GUIMARÃES, Cesar. **Lei eleitoral e sistema político**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1975.
- HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Eleições no Paraná, 1945-82**. Curitiba, 1987.
- . **O Paraná reinventado**. Curitiba, 1988.
- JAGUARIBE, Hélio. **A crise do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1975.
- KULINSKI, Bernardo. **Abertura; a história de uma crise**. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- LAMOUNIER, Bolívar, org. **Voto de desconfiança; eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- , org. **A ciência política nos anos 80**. Brasília, UNB, 1980.
- & MENEGUELO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- et alii. **Como renascem as democracias**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, Papirus, 1986.
- LIMA JR., Olavo Brasil. **Partidos políticos brasileiros; 1946-64**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- LIPPI, Maria Lúcia Leite. **O Partido Social Democrático**. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação, Mestrado, IUPERJ.

- MARCONDES FILHO, Ciro. **Política e imaginário nos meios de comunicação para massa no Brasil**. São Paulo, Sommus, 1985.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O estado super-desenvolvido**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MOTA, Lorenço Dantas, coord. **A história vivida; entrevistas**. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981, 2 v.
- NOVAES E CRUZ, Adelina Alves et alii. **Impasse na democracia brasileira; 1951-55; coletânea de documentos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**: Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OMURA, Ivani Rogatti. **Eleitores e eleitos: composição e comportamento**, Maringá, 1956-64. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- PASSOS, Carlos Artur K. **État et capital au Brésil: essai sur la genèse de l'état brésilien et sa relation organique avec le capital**. Paris, 1983. Thèse, Doctorat du 3è. cycle, Université Paris III.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SAMPAIO, Regina. **O Partido Social Progressista em São Paulo**. São Paulo, 1979. Dissertação, Mestrado, USP.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- . **A política**. Brasília, UNB, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo; 1930-64**. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil; 1930 a 1964**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, Maria Tereza Sadek Ribeiro de. **Concentração industrial e estrutural partidária: o processo eleitoral no ABC, 1966-1982**. São Paulo, 1984. Tese, Doutorado, USP.
- SORJ, Bernardo, coord. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. **O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- . **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1985.

3 — ARTIGOS

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral dos partidos políticos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 50:19-76, jan. 1980.
- BRITTO, Luiz Navarro de. As eleições legislativas de 1978. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 51:8-35, jul. 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados*, 26(1):9-27, 1983.
- CARVALHO, Orlando M. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8:9-19, abr. 1960.
- FLEISCHER, David V. A evolução do bipartidarismo brasileiro, 1966-1979. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 51:155-85, jun. 1980.
- . O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, 24(1):49-75, jan./abr. 1981.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Os partidos políticos brasileiros. *Revista de Ciência Política*, 25(2):7-13, maio/ago. 1982.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Balanço das eleições de 1974 no Paraná. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 43:155-85, jun. 1980.
- LAMOUNIER, Bolivar. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(2):43-64, jun. 1987.
- & CARDOSO, Fernando Henrique. A bibliografia de ciência política sobre o Brasil, 1949-74. *Dados*, 18:3-32, 1978.
- & KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-78. *BIB*, 5:11-32, 1978.
- LIMA JR., Olavo Brasil. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. *Dados*, 17:29-51, 1978.
- . Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil 1945-1962. *Dados*, 25(3):365-77, 1982.
- MARTINS, Carlos Estevam. A democratização da vida partidária. *Revista de Cultura e Política*, 8:7-55, jun. 1988.
- . Governabilidade e controles. *São Paulo em Perspectiva*, 1:10-7, jan./fev. 1988.
- MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8:229-54, abr. 1960.
- MEIRA, Silvio. Os partidos políticos. *Revista de Ciência Política*, 18(2):
- MENDONÇA, Otávio. Partidos políticos brasileiros. *Revista de Ciência Política*, 24(1):18-29, jan./abr. 1981.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das ligações eleitorais no Brasil, 1950-62. *Dados*, 10:166-95, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. **Dados**, 10:146-53, 1973.

OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. **Dados**, 26(1):29-51, 1983.

SANTOS, José Nicolau. Comportamento eleitoral no Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:227-50, jan. 1964.

SOUZA, Pompeu de. Eleições de 62: decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:7-20, jan. 1964.

4 — ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

ARZUA, Ivo. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(3):3-6, 30 ago. 1987. Entrevista a Roseli Abrão, Suzana Branco e Dirceu Martins Pio.

BRAGA, Ney. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(7):3-6, 27 set. 1987. Entrevista a Renato Schaitza, Roseli Abrão e Suzana Branco.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, out. 1986.

CURI, Anibal. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(1):3-5, 16 ago. 1987. Entrevista a Luiz Geraldo Mazza, Roseli Abrão e Susana Branco.

FRANCO, Adolpho de Oliveira. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(5):3-6, 13 set. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.

MACEDO, Norton. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, nov. 1986.

MAGALHÃES FILHO, Francisco B. B. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, out. 1986.

MARTINS, Wilson. Depoimento do professor Wilson Martins: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 7(12):79-85, jun. 1986.

———. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, jul. 1986.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, jul. 1985.

REQUIÃO, Roberto. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(4):3-6, 6 set. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.

ROCHA, Espedito. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, ago. 1985.

SILVA, Amaury. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(6), 20 set. 1987. Entrevista a Luiz Geraldo Mazza, Roseli Abrão e Susana Branco.

SILVÉRIO, Erondy. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bom-domingo*, Curitiba, 1(2), 23 ago. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.

ANEXO I: RELAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS, BRASIL — 1945

Aliança Social Democrática (1)
Confraternização Social Democrata (2)
Esquerda Democrática (3)
Partido Agrário Nacional (4)
Partido Comunista Brasileiro (5)
Partido Democrata Cristão
Partido Democrático Progressista (1)
Partido Industrial Agrícola Democrático (1)
Partido da Lavoura, Indústria e Comércio (1)
Partido Libertador
Partido Nacional Classista (1)
Partido Nacional Evolucionista (1)
Partido Nacional Popular Democrático (1)
Partido Orientador Trabalhista (6)
Partido Proletário do Brasil (7)
Partido Popular Sindicalista (4)
Partido Regenerador (1)
Partido de Representação Popular
Partido Republicano
Partido Republicano Democrático (7)
Partido Republicano Progressista (4)
Partido Social Democrático
Partido Social Progressista (8)
Partido Social Progressista
Partido Socialista Cristão (1)
Partido Trabalhista Brasileiro
Partido Trabalhista Nacional
União Democrática Nacional
União Nacional do Trabalho (1)
União Social pelos direitos do homem (1)

FONTE: CHACON, V., 1985.

LIMA JR., O. B., 1983.

NOTAS:

- (1) Partidos com registro cancelado pelo TSE, em 1948.
- (2) Cancelamento não-registrado.
- (3) Em 1947 passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro.

- (4) Em 1946 os partidos Agrário Nacional, Popular Sindicalista e o Republicano Progressista fundiram-se, dando origem ao Partido Social Progressista, o qual não obteve registro definitivo e foi cancelado em 1952.
- (5) Partido com registro cancelado em 1947.
- (6) Partido com registro cancelado em 1951.
- (7) Em 1948 passou a denominar-se Partido Republicano Trabalhista e, em 1950, Partido Rural Trabalhista.
- (8) Partido organizado em 1946, manteve o registro e a sigla.

ANEXO II: RELAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS, BRASIL — 1985

PASART — Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PC do B — Partido Comunista do Brasil
PCN — Partido Comunitário Nacional
PDC — Partido Democrata Cristão
PDI — Partido Democrático Independente
PDS — Partido Democrático Social
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PFL — Partido da Frente Liberal
PH — Partido Humanista
PJ — Partido da Juventude
PL — Partido Liberal
PLB — Partido Liberal Brasileiro
PMB — Partido Municipalista Brasileiro
PMC — Partido Municipalista Comunitário
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN — Partido da Mobilização Nacional
PN — Partido Nacionalista
PND — Partido Nacionalista Democrático
PNR — Partido da Nova República
PTB — Partido do Povo Brasileiro
PRP — Partido Renovador Progressista
PRT — Partido Reformador Trabalhista
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PS — Partido Socialista
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSC — Partido Social Cristão
PTN — Partido Trabalhista Nacional
PTR — Partido Trabalhista Renovador

FONTE: TSE.

**ANEXO III — CAMARA FEDERAL: REPRESENTAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO PARTIDOS
E LEGISLATURA, 1945-82.**

Partidos/Legislatura	1945	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
Partido Social Democrático	6	3	4	4	6					
União Democrática Nacional	2	—	3							
Partido Trabalhista Brasileiro	1	—	4	6	10					
Partido Democrata Cristão	—	—	—	1						
Partido de Representação Popular	—	—	—	1						
Partido Republicano	—	—	2							
Partido Social Progressista	—	—	1							
Coligação UDN-PR-PST-PRP-PL	—	3								
Coligação PTB-PSP	—	3								
Coligação UDN-PSP-PR	—	—	—	2						
Coligação UDN-PDC-PTN	—	—	—	—	9					
Aliança Renovadora Nacional	—	—	—	—	—	20	19	15	19	
Movimento Democrático Brasileiro	—	—	—	—	—	5	4	15	15	
Partido do Mov. Dem. Brasileiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20
Partido Democrático Social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14
Representação	9	9	14	14	25	25	23	30	34	34

FONTE: TSE

**ANEXO IV — ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: REPRESENTAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO PARTIDOS E
LEGISLATURA, 1947-82.**

Partidos/Legislatura	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
Partido Social Democrático	16	16	11	17	7					
União Democrática Nacional	7	8	8	—	8					
Partido Trabalhista Brasileiro	6	12	11	13	12					
Partido Comunista do Brasil	1	—	—	—	—					
Partido de Representação Popular	2	1	—	—	—					
Partido Social Progressista	1	2	7	4	—					
Partido Republicano	4	—	7	—	—					
Partido Democrata Cristão	—	—	1	3	12					
Coligação PR-PST-PL	—	6	—	—	—					
Coligação UDN-PR	—	—	—	7	—					
Coligação PRP-PTN-PRT	—	—	—	1	—					
Colig. PRP-PTN-PST-PR-PSP-MTR	—	—	—	—	6					
Aliança Renovadora Nacional	—	—	—	—	—	37	38	29	34	
Movimento Democrático Brasileiro	—	—	—	—	—	8	9	25	24	
Partido do Mov. Dem. Brasileiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34
Partido Democrático Social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	24
Representação	37	45	45	45	45	45	47	54	58	58

FONTE: TSE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**; estudo sobre a CODEPAR. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 2 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados censitários**; eleições federais e estaduais. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973.
- 3 DREITZEL, H. P. et alii. **Tecnocracia e ideologia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- 4 FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- 5 ———. **Vigiar e punir**; nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 6 ———. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- 7 ———. **El orden del discurso**. Barcelona, Tusquets, 1980.
- 8 ———. **História da sexualidade I**; a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- 9 HIPPOLITO, L. **De raposas a reformistas**; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 10 IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Resultados Eleitorais**; Paraná — 1945-82. Curitiba, 1988.
- 11 ———. **O Paraná reinventado**. Curitiba, 1988.
- 12 MAGALHÃES FILHO, F. B. B. Os três tempos do planejamento; entrevista a Tato Taborda. **Correio de Notícias**, Curitiba, 4 nov. 1984.
- 13 MARTINS, W. Paraná, uma incógnita. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8:229-54, abr. 1960.
- 14 OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- 15 PASSOS, C. A. K. **Etat et capital au Brésil**; essai sur la genèse de l'état brésilien et sa relation organique avec le capital. Paris, 1983. Thèse, Doctorat du 3è. cycle, Université, Paris III.
- 16 QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, 7(2):1-3, fev. 1985.
- 17 **RETRATO do Brasil**: da monarquia ao estado militar. São Paulo, Política, s. d. v. 3.
- 18 RISCHBIETER, K. Incentivos à industrialização paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 30:7-23, maio/jun. 1972.
- 19 ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- 20 SANTOS, J. N. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 16:227-50, jan. 1964.
- 21 SOUZA, P. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 16:7-20, jan. 1964.
- 22 SZVARÇA, D. R. & CIDADE, M. L. 1955: o voto "verde" em Curitiba. Curitiba, 1988. Monografia, Bacharelado, Universidade Federal do Paraná.